

PARECER N° 25/2024

Da comissão de justiça e redação sobre o **Projeto de Lei n° 406/2023**, de iniciativa do vereador Ricardo Teixeira que “Dispõe sobre a implantação de retentores de impurezas de águas pluviais, em bueiros dos logradouros públicos do Município de Araucária, como forma de prevenir e mitigar alagamentos e dá outras providências.”

I – RELATÓRIO

A comissão de justiça e redação examina o projeto de lei n° 406/2023, de iniciativa do vereador Ricardo Teixeira que “Dispõe sobre a implantação de retentores de impurezas de águas pluviais, em bueiros dos logradouros públicos do Município de Araucária, como forma de prevenir e mitigar alagamentos e dá outras providências.”

O referido Projeto de Lei vem acompanhado de justificativas – “O vereador RICARDO TEIXEIRA, com assento nesta Casa Legislativa, vem apresentar para deliberação plenária o presente Projeto de Lei que tem como finalidade a instalação de retentores de impurezas de águas pluviais em bueiros e/ou boca de lobos localizados em logradouros públicos do município de Araucária, tendo como objetivo prevenir e mitigar os problemas de enchentes e alagamentos.

Sabemos as dificuldades com alagamentos que são, por muitas vezes, reflexos de bueiros entupidos; resultado este de tamanha quantidade de lixo e resíduos sólidos descartados irregularmente nas ruas e que são levados, através das águas das chuvas, resultando na obstrução desses bueiros.

Este é um problema cíclico que pode causar impactos ambientais de proporções muito maiores.

A ideia desses dispositivos é segurar as impurezas ainda na entrada do bueiro e facilitando o recolhimento regular dos resíduos ali acumulados, e em busca de alguma solução, deparamo-nos com esta ideia que já vem sendo aplicada em diversos municípios como São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ, Curitiba/PR, Maringá/PR entre outros, e sendo bem-vista por conta dos bons resultados observados nos locais onde o projeto já está em vigor e sendo executado.”

Após breve relatório seguimos para a análise da Comissão de Justiça e Redação.

II – ANÁLISE

Inicialmente, importante ressaltar que compete a Comissão de Justiça e Redação a análise de Projetos de Lei com matérias referentes aos aspectos constitucionais, legais, regimentais, jurídicos e demais, conforme segue:

Art. 52. Compete:

I – à Comissão de Justiça e Redação, os aspectos constitucionais, legais, regimentais, jurídicos, de técnica legislativa de todas as proposições e elaboração de redação final, na conformidade do aprovado, salvo as exceções previstas neste Regimento (Art. 154, § 2º Art. 158; Art. 159, inciso III e Art. 163, 2º);

Dessa forma, cabe a esta comissão o processamento do presente projeto.

Em tempo, a Constituição Federal em seu artigo 30, I e a Lei Orgânica do Município de Araucária em seu Art. 5º, I, descreve que compete ao Município legislar sobre matérias de interesse local:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

Além disso, verifica-se que a legislação discorre sobre o poder e a competência de autoria do Vereador em Projetos de Lei, conforme o Art. 40, § 1º, a, da Lei Orgânica Municipal de Araucária:

Art. 40. O processo legislativo compreende a elaboração de:

§ 1º A iniciativa dos Projetos de Lei é de competência:

a) do Vereador;

A Lei Orgânica do Município de Araucária demanda no Art. 10, que é de competência da Câmara decidir sobre matéria do Município, in verbis:

“Art. 10. Compete à Câmara Municipal deliberar sobre a matéria da competência do Município, sujeita à sanção do Prefeito, especialmente sobre:

(...)

XVI – propor medidas que complementem a Legislação Estadual e Federal no que couber

Descartar corretamente os resíduos contribui para reduzir a poluição do solo, da água e do ar. Possibilita também a reciclagem de materiais, diminui o desperdício, melhora a limpeza e a higiene da cidade e fortalece a criação de cooperativas, gerando emprego e renda.

Cumpramos ressaltar que a presente proposição atende as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

III – VOTO

Diante de todo o exposto e, com base no que verificou-se através do presente, no que compete à Comissão de Justiça e Redação, **SOMOS FAVORÁVEIS AO TRÂMITE DO REFERIDO PROJETO DE LEI** ao qual deve ser



dado ciência aos vereadores, bem como, submetido a deliberação plenária para apreciação, nos termos do Art. 174 do Regimento Interno desta Câmara. Dessa forma, submeto o parecer para apreciação dos demais membros da comissão.

É o parecer.

Sala das Comissões, 20/02/2024.



Assinado digitalmente por:
IRINEU CANTADOR

307.519.939-72
20/02/2024 13:41:27

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Ver. Irineu Cantador
Relator CJR

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO – DIPROLE
SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

VOTAÇÃO DE PARECER

Na reunião realizada no dia 22 de Fevereiro de 2024 na Sala do Diprole da Câmara Municipal de Araucária, os Vereadores, Pedro de Lima e Vilson Cordeiro, membros da Comissão de Justiça e Redação, votaram favoráveis ao Parecer nº25/2024, referente ao Projeto de Lei nº 406/2023.

Araucária, 22 de Fevereiro de 2024.



Assinado digitalmente por:
VILSON CORDEIRO

037.688.759-11
22/02/2024 12:56:53

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.



Assinado digitalmente por:
PEDRO FERREIRA DE LIMA

633.689.869-53
22/02/2024 11:34:35

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

